

A ETNOGRAFIA DOS AGENTES SOCIAIS E NATURAIS DA BACIA NO CASO DO ZONEAMENTO DA PLANÍCIE DE INUNDAÇÃO DO RIO DOS SINOS - RS

THE ETHNOGRAPHY OF SOCIAL AND NATURAL AGENTS OF THE BASIN IN THE CASE OF THE ZONING OF THE FLOOD PLAIN OF THE RIO DOS SINOS – RS

Marisa Braga

Mestra em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do ProfªÁgua - ANA - Agência Nacional das Águas no IPH - Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018) (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: marisabr6375@gmail.com

Carlos André Bulhões Mendes

Pós-doutorado em Planejamento Ambiental na University of Califórnia (Berkeley/Estados Unidos). Professor Titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos cursos de Engenharia Civil, Eng. Ambiental e Eng. Hídrica e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) na Eng. De Minas, Metalúrgica e Materiais (Porto Alegre/Brasil).
E-mail: cabmendes@yahoo.com

Recebido em: 6 de maio de 2025
Aprovado em: 7 de julho de 2025
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RPR | a. 22 | n. 2 | p. 41-58 | jul./dez. 2025
DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4180>

RESUMO

O presente trabalho trata de um estudo etnográfico realizado em dois anos de investigação, envolvendo os agentes sociais, membros do Comitê de Gerenciamento Hidrográfico do Rio dos Sinos – COMITESINOS, no Rio Grande do Sul, Brasil, na construção das ações do zoneamento das áreas inundáveis previsto no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. Na área antropológica foi utilizada a metodologia da etnografia multiator que consiste em considerar as múltiplas interações sociais e naturais, e não um grupo em específico.

Palavras-chave: Agentes sociais, Comitê da bacia, Etnografia, Plano de Bacia, Zoneamento de áreas úmidas.

ABSTRACT

The present work is an ethnographic study, realized through two years of investigation, involving the social agents, members of the Hydrographic Management Committee of River Sinos – COMITESINOS, in Rio Grande do Sul, Brasil, in the construction of actions of zoning of flood areas planned in the River Basin Plan of River Sinos. In the anthropological area, the methodology used was based on the ethnography multiactor, which consists of considering the multiple social and natural interactions, disregarding specific groups.

Keywords: Basin plan, Basin committee, Ethnography, Social agents, Zoning of humid areas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo de caso, realizado no âmbito do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – COMITESINOS, como espaço de consolidação de ações de Proteção e Minimização dos impactos negativos das cheias, estabelecido como um dos dez programas elaborados no Plano de Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - PBHRS e de incursões etnográficas dos principais atores sociais, membros do comitê no zoneamento das áreas úmidas. A partir do planejamento e da elaboração do PBHRS, os agentes sociais da bacia iniciaram a mobilização e a participação social para a efetivação dos programas de ação, em que o quadro técnico presente nos projetos do COMITESINOS como colegiado, e o Ministério Público formaram um núcleo comum na construção da delimitação da planície de inundação. O estudo em si, retrata a expectativa de compreender as intenções e motivações dos “Outros” e aos poucos desvendar fatos, conflitos, elementos e com suas leituras, construir o enredo a que se propôs pelo método etnográfico.

2 A PERSPECTIVA TEÓRICA DO ESTUDO NO CAMPO ETNOGRÁFICO

A perspectiva teórica na linha sócio antropológica, especificamente a etnografia, é amparada pelas escrituras de DaMatta (1981), que apontam a existência da percepção das diferenças entre os grupos humanos, propulsoras das lutas, como justificativa para a exploração ou dominação de uns em relação aos outros. Esta linha de pensamento leva em consideração que diferente de outrora, atualmente compara-se o costume inserido num contexto, onde ele aparece como tal e, somente após isso, pode comparar com uma situação externa, outra cultura ou costume, por exemplo. Portanto, podemos realizar uma importante reflexão sobre nós mesmos através do estudo dos outros (DaMatta, 1981, p. 88).

Mas, afinal, o que é etnografia e onde ela se insere no campo atual deste estudo? Ao debruçar-se nas ideias de diversos autores, pode-se dizer que etnografar é andar, ver e escrever, a partir do olhar e do sentir de cada ator social, no lugar onde esse pertence. Perceber o que ele está pensando, o que está sentindo, como age, o que está vendo, quem são e como são? O que pretendem, se os seus saberes são populares, se são técnicos. Qual sua importância no seu momento histórico naquele lugar (Silva, 2009).

Inicialmente pressupõe que os registros de andanças e de coisas vistas, são atividades simples e primárias. No entanto, aponta-se algumas considerações sobre a situação em que o etnógrafo se situa para inscrever seus percursos, inevitavelmente trata-se de matéria incomum. Diz que o trabalho do etnógrafo é o ato ou efeito de situar-se, localizar-se e da localização do pesquisador no espaço social que estuda. O autor descontrói essa figura romântica na pessoa do etnógrafo, em que, frequentemente a generalização compõe os discursos, enquanto que nas observações etnográficas, os achados díspares

são o que os consolidam e, seus traços comuns, capazes de fundamentar noções sólidas sobre sociedade e cultura, economia e política. Etnografar não é colecionar miudezas e sim, no detalhe do simples e primário, muitas vezes mostrar a diferença que dá a solidez e evitar as falhas. É o Escrever e o ver. É o Escre(ver) (Silva, 2009).

A composição do grupo em estudo é baseada em pesquisa Documental, que de vista inicial parece genérico, pois representa um propósito em comum, entretanto configura também condições específicas quanto às suas próprias diferenças, dentro de uma mesma instituição pelo seu viés etnográfico. Segundo Peirano (1995), a etnografia minuciosa acerca dos agentes envolvidos, indica o fenômeno que estão vivenciando e do ponto de vista organizacional, se entrelaçam em redes que atravessam camadas sociais, cada uma, na representatividade de seus iguais.

No comitê pesquisado, cada ator é parte fundamental, que dá a sustentabilidade ao todo, desde seu caráter individual até o coletivo, como personagens que estão num processo de interação com o meio e percebem as questões sociológicas e ambientais que são indicativos de possíveis mudanças. Etnografar os principais agentes que dialogaram num núcleo comum e consolidaram uma ação, dentro de um planejamento participativo, que foi o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - PBHRS é parte fundamental deste trabalho.

As relações de contraste, presentes nos atores elencados neste trabalho, contribuem para nos distanciarmos das generalizações, em que conhecer o "Outro" pelos princípios fundamentais da alteridade é poder conhecer a si mesmo. A pesquisa etnográfica possibilita perceber as representações que cada grupo traz em suas experiências sociais, culturais ou históricas e pela observação direta, o pesquisador pode investigar os saberes e práticas sociais, descobrindo que este lugar não é neutro de sentidos (Rocha; Eckert, 2008).

Falar etnograficamente dos agentes sociais presentes neste grupo, pode não ser tarefa fácil para um pesquisador que não está habituado a inserir-se no mundo do "Outro". Segundo Rocha e Eckert, (2008), o método etnográfico é específico da antropologia, no olhar, no ver, escutar e ouvir, e assim o pesquisador, saindo de sua cultura, pode situar-se no interior do fenômeno observado com participação e sociabilidade. Colocar-se na expectativa de compreender as intenções e motivações dos "Outros" e aos poucos desvendando os fatos, conflitos, elementos e com suas leituras, construindo o enredo a que se propôs. O etnógrafo, quando vai a campo, sempre está movido por incertezas, dúvidas e questionamentos. Mesmo que isso seja comum para todas as ciências, para o etnógrafo há uma peculiaridade: o sentido da intersubjetividade, que coloca em outros termos, a relação na mesma escala, ou seja, relativiza os eventos, como enfatizado por DaMatta (1981) *apud* Silva (2009). Além de andar, ver e escrever, o

etnógrafo deve perceber que ver é diferente de olhar pura e simplesmente, implica uma organização do que foi olhado e percebido ao longo do percurso etnográfico, um olhar que se organiza; um olhar organizado e reorganização que vai revendo e dá por revisto (Silva, 2009).

Desta forma, este trabalho se insere no levantamento documental do comitê, explorando as atas das plenárias, que não são apenas mnemônicas, e sim, como registros oficiais reproduzidos aqui, de maneira mais acurada possível. Transcritas eticamente oportunizando enxergar a realidade da sociedade da bacia e que, por fim é um pedaço da história deste colegiado (Silva, 2009).

2.1 A ETNOGRAFIA MULTIATOR DOS AGENTES SOCIAIS E NATURAIS DA BACIA

O delineamento de trabalho previu o método etnográfico como estratégia ideal para discorrer sobre os membros do COMITESINOS. O perfil dos principais agentes sociais pesquisados aproxima-se pelos interesses em comum, e por ser parte da mesma bacia hidrográfica. Este grupo de estudo pode integrar-se num novo campo de pesquisa denominado “ecologia política” por estar lidando com distintas esferas de interação, seja no âmbito político, ambiental, territorial, de saúde o que demanda uma abordagem transdisciplinar. A pesquisa ecológica prioriza as inter-relações que sociedades humanas mantem com seus respectivos ambientes biofísicos, com conceitos de economia política que analisa as relações estruturais de poder entre as sociedades. A ecologia política é um campo de pesquisa que contribui no entendimento que a economia política, dentro do paradigma ecológico, coloca à vista os choques entre sistemas produtivos, dando melhor visibilidade entre as mudanças econômicas e a crise ambiental (Little, 2006).

Na linha ecológica de pensamento, trabalha-se o mundo biofísico e o mundo social incorporando-se conceitos de diversas áreas do saber, numa concepção holística. Na perspectiva antropológica, os estudos se dedicam pela ecologia cultural, a ecologia humana, a ecologia processual, a ecologia espiritual, além da ecologia política.

Segundo Little (2006), ao colocar o conflito em si como o foco central da etnografia, e não um grupo social em particular, o antropólogo é obrigado a identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos no conflito, analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico, com seu meio social e levantar as reivindicações de cada grupo e suas respectivas cotas de poder formal e informal. O mapeamento das interações políticas ajuda o pesquisador a entender a dinâmica própria de cada conflito.

Cabe aqui entender que os agentes sociais, membros do comitê, não trabalharam em cima de um conflito, eles explicitaram uma situação de impacto ambiental que era recorrente na bacia, no caso a problemática das inundações na parte inferior do rio, para análise das múltiplas interações sociais e naturais que isso provocou.

Desta forma, a etnografia dos conflitos socioambientais, trata dos diversos atores envolvidos, sendo que o escopo geográfico e o seu ambiente biofísico foram o elemento essencial em quase todos os assuntos a serem tratados.

Há que se levar em conta a dinâmica diferenciada entre os sistemas naturais e sociais enquanto fenômenos, visto que muitas vezes um obtém maior relevância que o outro. Estudos apontam que cientistas sociais vêm usando o conceito de “agente natural”, quando forças da natureza são ponderadas como um ator porque agem sobre algo, só que não apresentam a intencionalidade.

No caso do rio dos Sinos os agentes naturais identificados foram “o rio”, “a chuva”, “o solo”, “o banhado”, “a fauna”, “a flora”, “a atmosfera”, “o tempo e o clima”. Os agentes sociais são a população da bacia hidrográfica e seus representantes, como os membros do comitê, as esferas governamentais, o judiciário, os técnicos, a Defesa Civil, as instituições, o banco financiador de políticas habitacionais. Nem todos ligados ou diretamente envolvidos com o comitê da bacia. Portanto, a etnografia dos conflitos socioambientais e seus agentes tornam-se diferentes da etnografia tradicional por que: (1) o foco da etnografia não é o modo de vida de um grupo social, mas tem como seu objeto principal a análise dos conflitos socioambientais em si e as múltiplas interações sociais e naturais que os fundamentam; (2) não trata de um único grupo social, mas tem que lidar simultaneamente com vários grupos sociais; (3) o escopo geográfico é rara vez limitado ao âmbito local do grupo, já que incorpora vários níveis de articulação social e finalmente; (4) enquanto etnografias tradicionais dedicavam um capítulo ao *habitat* natural do grupo, na etnografia dos conflitos socioambientais o ambiente biofísico se torna um elemento crucial (Little, 2006, p. 92 e 93).

Desta forma, este estudo abarca a metodologia da etnografia multiator que tem o foco na análise de conflitos sócio ambientais e as múltiplas interações sociais e naturais em vários níveis de articulação social, com o escopo geográfico desigual para todos. A etnografia multiator (Figura 1) deve apresentar também, os agentes denominados “fantasmagóricos”, ou seja, que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que compõem uma parte importante do contexto por exercer mesmo à distância influência no enlace. Deve-se dar um “tratamento igualitário” para os múltiplos grupos, de forma a reduzir a profundidade de cada um desses tratamentos, pois a meta não é uma etnografia descritiva em si, mas sim, o estudo das inter-relações pelo meio etnográfico.

Outro aspecto a considerar neste tipo de estudo é perceber os distintos discursos nas arenas políticas e os jogos ocultos de poder. Tem tarefas que o etnógrafo possa vir a ter que dialogar com pareceres antagônicos ao mesmo tempo em que evita apoiar qualquer um dos lados do discurso (Little, 2006, p. 93).

Figura 1 - Composição da etnografia multiator com agentes principais e secundários na construção do zoneamento da planície de inundação.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

3 INCURSÕES ETNOGRÁFICAS DOS PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS DO ZONEAMENTO DE ÁREAS ÚMIDAS

Considerando a pesquisa Documental realizada, os principais atores sociais do comitê, que foram protagonistas no processo de zoneamento da planície de inundação ofereceram ineditismo de ação neste estudo de caso foram:

A	Base técnica
B	Legitimidade do COMITESINOS
C	Ordenamento jurídico

Considerando os estudos acerca do campo etnográfico, os atores sociais descritos nesta pesquisa formam o núcleo comum responsável pelo processo de zoneamento das áreas úmidas na bacia.

Considerando a etnografia multiator, os agentes sociais que se colocaram contrários à delimitação geográfica da planície de inundação, também foram registrados neste trabalho, como fator importante para compor os respectivos pontos de vista.

Agentes externos contrários à demarcação das coordenadas geográficas do zoneamento das áreas úmidas

Cabe lembrar que foi a partir da década de 1970 que a antropologia ganhou prestígio entre as ciências humanas, colaborando para o entendimento das mudanças sociais, políticas e culturais. Antes disso, este campo de estudo, mantinha-se à margem das questões nacionais, diferente da sociologia e da ciência política. Tendo ela maior visibilidade, ampliou seu papel político e essa conjuntura abriu espaço para dimensões inéditas para essa área de estudo. Passou-se do estudo de fronteiras bem definidas para o desafio dos mais diversos atores, sejam poder público, moradores, equipamentos, eventos numa complexa rede de interações e conflitos. A escrita ou organização por via etnográfica pode ser bastante peculiar tendo que retratar um tempo histórico, um objeto ou uma forma (Magnani, 2009).

A escrita etnográfica é a parte mais difícil, pois o pesquisador tem que traduzir em palavras anotações de campo. Neste estudo de caso, aparece ainda uma peculiaridade, em que esta pesquisadora, aqui subscrita, fez parte do grupo estudado. Casos como este, coadunam com os estudos de Velho (1980), quanto à etnografia experimentada em seu próprio grupo de convívio. A observação do familiar ou participante, em sua própria sociedade coloca como o pesquisador se posiciona frente aos limites, tanto quando se distancia ou se aproxima mantendo uma atitude de estranhamento, diante do que se passa a sua volta.

Na pesquisa etnográfica, a observação participante invade a vida do informante, e informações confidenciais são frequentemente reveladas. Isso pode ser preocupante salvaguardando que o pesquisador possa fazer escolher em relação ao relato dos dados e emitir ou não o anonimato dos participantes (Creswell, 2007).

Etnograficamente os atores principais são:

A – A base técnica dentro do Projeto VerdeSinos Fase 2

O Projeto VerdeSinos em sua primeira fase teve como referência o Projeto Piloto de Recomposição de Mata Ciliar que ocorreu entre os anos de 2007 e 2009. Foi executado em propriedades privadas e de domínio público, cujo objetivo foi subdividido em três linhas: a) A Recomposição da Mata Ciliar em alguns

trechos de corpos hídricos previamente diagnosticados; b) Sustentabilidade Ambiental e Econômica no desenvolvimento de técnicas de recomposição ciliar; c) Mobilização Social e Educação Ambiental promovendo encontro de instituições parceiras e apoiadoras.

O Projeto VerdeSinos tem a natureza de produzir conhecimento através da publicação de produtos, ferramentas e trabalhos técnicos. Desta forma é envolvido o meio acadêmico, o setor técnico agrícola, educadores, lideranças comunitárias e profissionais com habilitação em mobilização social, envolvendo moradores ribeirinhos, comunidades habitantes no entorno de nascentes, de encostas e de áreas potenciais de unidades de conservação. A Fase 2 do Projeto VerdeSinos ampliou seu escopo para contribuir na manutenção da atual disponibilidade de água na bacia hidrográfica do rio dos Sinos, na linha de gestão de corpos hídricos superficiais e subterrâneos. Os temas selecionados relacionam-se com ações antrópicas na bacia: Áreas Úmidas, Unidades de Conservação e Nascentes e Encostas de Morros. Neste caso, um agente importante é o mapa (COMITESINOS, 2018f) da planície de inundação disponível no sítio eletrônico do comitê.

A leitura da realidade da bacia acontece nas reuniões e encontros da rotina deste grupo que ocorrem mensalmente e são efetivadas através do planejamento das atividades de pesquisa. O grupo vai tecendo as demandas e se ampliando em redes. Cada um dos coordenadores e/ ou representantes do Projeto VerdeSinos, representa uma comunidade, um outro grupo de pessoas, um Centro Ambiental, uma Prefeitura ou uma Instituição. Cada setor define seu papel, seja de interlocutor dos conhecimentos absorvidos em capacitação, seja em ser o próprio quadro técnico responsável em alavancar a pesquisa e obter os resultados. O comitê tendo o PBHRS como o grande guarda-chuva amplia as parcerias e respalda tanto o corpo técnico quanto os recursos financeiros. O exemplo disto, está nas parcerias com Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmaras de Vereadores, Fepam, IPH (Instituto de Pesquisas Hidráulicas) – UFRGS e financiadores.

O Projeto Verdesinos como um agente social, interage com a comunidade e o pesquisador, com instituições e com colegiados. Uma amostra disto está na fala de um pesquisador na área da Biologia: “[...] Estamos fazendo o levantamento herbáceo, arbóreo e epifítico das áreas de banhado na cidade de Campo Bom – RS. São locais que estão sofrendo impactos pelo avanço das cidades e ainda não temos muito conhecimento sobre esses ambientes”. Já em outra ponta do programa de ações, vemos na prática a importância da construção de uma cisterna para a propriedade de um agricultor com a finalidade de armazenar água para irrigação de hortaliças e frutas, através de sistemas de gotejamento e microaspersão, conhecimentos adquiridos dentro do processo de implementação do Projeto VerdeSinos.

Do campo à cidade, as incursões deste agente social - VerdeSinos, como base técnica, é um braço importante do COMITESINOS. A figura do pesquisador é a essência do projeto, tanto quanto a população da bacia que adere às propostas. O pesquisador, através de suas indagações alinhava outro, e mais outros caminhos.

É o caso da pesquisa cujo objetivo inicial foi calcular o custo econômico em não preservar os banhados. “Quanto vale um banhado?” Questiona o pesquisador ao apresentar a demanda para a plenária do COMITESINOS, mais para reflexão do que para aprovação, pois o tema já está no escopo do VerdeSinos (Figura 2). A indagação decorre da conclusão que as áreas úmidas atualmente ocupadas correspondem ao custo do prejuízo da inundação (Figura 3). Este é o valor econômico do banhado. No universo dos ecossistemas da região do rio do Sinos, uma investigação complementa a outra. Com a preocupação com as comunidades que habitam as áreas úmidas ou próximas delas, a pesquisa chegou até às marcas das janelas dos loteamentos populares do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹. As marcas aqui tratadas são referentes às inundações que com frequência tem afetado a vida de parte da população da bacia.

Na mesma linha de pensamento e investigação, deu-se a continuidade do tema a partir de outra pergunta: até onde a água chega? Aqui o próprio pesquisador foi entrelaçando as parcerias na obtenção de imagens aéreas da situação calamitosa de toda a bacia alagada, buscando também a participação social e aproximando a população através de uma ferramenta virtual: um mapa em que o cidadão pudesse buscar um endereço e verificar se fica dentro das áreas inundáveis, embasado no Mapa de Vulnerabilidade da Bacia (Figura 4).

Segundo Little (2006, p. 97):

Uma bacia hidrográfica é simultaneamente uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o *locus* para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental.

A trajetória do Projeto VerdeSinos iniciada em 2007 apresenta as marcas de cada ator social que compõe a história da bacia hidrográfica, seja nas memórias das fotografias, nas revistas institucionais,

¹ Minha Casa Minha Vida: O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil. Ministério das Cidades, Brasil. 2017. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em: 02 jul. 2025.

nos informes ou *folders*. Assim como na contribuição dos trabalhos técnicos, nos componentes dos grupos, nos educadores ou gestores, nas lideranças e pesquisadores.

Figura 2 - Apresentação do mapeamento da planície de inundação na plenária do COMITESINOS.



Fonte: Becker Junior (2016).

Figura 3 - Imagem aérea da planície de inundação.



Fonte: Defesa Civil de São Leopoldo (2014).

Figura 4 - Mapa de Vulnerabilidade da bacia do rio dos Sinos.



Fonte: COMITESINOS (2018a).

B – A Legitimidade do COMITESINOS

O COMITESINOS é o fórum que representa os atores sociais da bacia do rio dos Sinos e a sua legitimidade ocorre pela sua prerrogativa legal. É o colegiado responsável em colocar a bacia hidrográfica em diálogo. É considerado o agente principal da bacia hidrográfica, por proporcionar que todas as categorias participem, tenham voz e vez. O COMITESINOS foi criado pelo Decreto Estadual nº 32.774/88, alterado pelo Decreto Estadual nº 39.114/98, integrando o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, previsto na Lei Estadual nº 10.350/94, com Regimento Interno sob Decreto nº 37.034/96. Sua sede é num dos municípios da bacia e sua atuação na área da bacia hidrográfica do rio dos Sinos, sendo atualmente em São Leopoldo na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. O comitê corresponde às atribuições prescritas na Política Nacional de Recursos Hídricos.

A Diretoria do COMITESINOS (2018g) na gestão 2013 - 2014 foi representada na Presidência pelo Movimento Roessler para Defesa Ambiental e a Vice-Presidência pela Associação das Indústrias de curtimento do Rio Grande do Sul – AIC-Sul. Na gestão 2015 – 2017, a Presidência ficou com a AIC-Sul e a Vice-Presidência pela EMATER/ASCAR-RS. A Diretoria tem como composição uma Secretária Executiva e uma Secretária Administrativa, indicadas pela Presidência. Na busca da composição das gestões ao longo dos 30 anos do comitê, percebeu-se que nenhuma gestão foi presidida por mulher. Mesmo não

sendo foco deste estudo, este é o espaço sobre o qual a etnografia anda e recolhe informações, sinais que merecem leitura sendo um conhecimento produzido nos percursos (Silva, 2009, p.179).

Conforme observa-se nos registros do comitê, a composição destes mandatos e gestões demonstra a pluralidade do trabalho que se desenvolve, refletindo a diversidade dos setores que compõe a bacia. Permeia as questões legais, as questões ambientais e demandas do planejamento urbano. No entanto, a característica mais forte do comitê é a mobilização e participação social. Observam-se no decorrer destes dois anos de estudo, reuniões plenárias (Figura 5) lotadas e discussões acirradas. No campo das ciências sociais, grupos organizados participam de um permanente processo de debate, em que se encontram os sistemas de arenas públicas com atividades reivindicatórias (Fuks, 1998).

Figura 5 - Sessões plenárias do COMITESINOS.



Fonte: Becker Junior (2016).

C – MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público Rede Ambiental do rio dos Sinos (MPRS, 2013) é um dos agentes sociais deste estudo de caso, e o seu organograma (MPRS, 2018) representa as relações hierárquicas, entre os diversos setores que compõe a Instituição. Entretanto, antes do poder que lhe é atribuído, a peculiaridade desta instituição é a defesa da ordem jurídica para garantir os direitos fundamentais do meio ambiente. O relacionamento do Ministério Público com a bacia hidrográfica tem sido próximo nos últimos anos, e tem a função de contribuir na defesa dos recursos hídricos. Os Promotores e Procuradores de Justiça tem

como principais instrumentos de atuação o Inquérito Civil – IC; o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC; a Ação Civil Pública – ACP e a Ação Penal Pública – APP e podem utilizá-los a qualquer tempo.

Historicamente, a Rede Ambiental do rio dos Sinos celebrou o Convênio de cooperação com o COMITESINOS desde o ano de 2008, tendo como objetivo a proteção do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul - RS. O objetivo do convênio é estabelecer cooperação mútua na articulação administrativa, técnica e operacional, no planejamento e na elaboração de projetos e desenvolvimento de atividades ambientais no Estado do RS, nesta bacia hidrográfica conforme o disposto no artigo 225 da Constituição Federal e nos artigos 171, 250 e 251 da Constituição Estadual. A partir deste acordo os convenientes estabelecerão diretrizes e planejamento estratégico conjuntamente. A Promotoria de Justiça Regional do Meio ambiente da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos engloba as seguintes instâncias:

- Promotor de Justiça Regional Ambiental;
- Promotorias de Justiça;
- Municípios de abrangência:
- Diagnósticos;
- Convênios;
- Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Rio dos sinos – COMITESINOS;
- Projeto Marca D'água – Bacia do Rio dos Sinos.

A área de abrangência do Ministério Público na bacia observa-se na tabela a seguir:

Tabela 1 - Municípios de abrangência do MP da Rede Ambiental.

Municípios de Abrangência da Bacia hidrográfica do Rio dos Sinos		
Município	Área do município na bacia	Promotoria de justiça
Araricá	99,00%	Sapiranga
Cachoeirinha	19,17%	Cachoeirinha
Campo Bom	100,00%	Campo Bom
Canela	59,03%	Canela
Canoas	55,94%	Canoas
Caraá	99,67%	Santo Antônio da Patrulha
Estância Velha	93,53%	Estância Velha
Esteio	100,00%	Esteio
Gramado	31,61%	Gramado
Gravataí	16,00%	Gravataí
Igrejinha	93,17%	Igrejinha
Nova Hartz	98,04%	Sapiranga
Nova Santa Rita	41,94%	Canoas
Novo Hamburgo	100,00%	Novo Hamburgo
Parobé	100,00%	Parobé
Portão	85,99%	Portão
Riozinho	99,13%	Taquara
Rolante	100,00%	Taquara
Santo Antônio da Patrulha	32,58%	Santo Antônio da Patrulha
São Francisco de Paula	11,43%	São Francisco de Paula
São Leopoldo	100,00%	São Leopoldo
Sapiranga	58,95%	Sapiranga
Sapucaia do Sul	100,00%	Sapucaia do Sul
Taquara	93,26%	Taquara
Três Coroas	94,16%	Três Coroas

Fonte: MPRS (2018b).

O programa de atuação integrada do Ministério Público e por bacia hidrográfica abrange dezenove regiões hidrográficas do Estado do RS.

Agentes externos contrários à demarcação das coordenadas geográficas do zoneamento das áreas úmidas

O quarto elemento componente desta pesquisa, agente externo, contrário ao zoneamento das áreas úmidas foi o grupo composto por dois representantes de Prefeituras, um representante de Câmara Legislativa e um representante de Associação de Projetos de Pesquisa e Ação Ambiental e Social.

Estas forças antagônicas, no pós-desfecho, se colocaram como oposição ao estudo da delimitação geográfica da planície de inundação por definir que visto de forma regional criaria óbice aos licenciamentos ambientais, sendo um empecilho para implementar alguns empreendimentos ora já encaminhados causando problemas no desenvolvimento econômico local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia multiator, metodologia empregada neste trabalho deu visibilidade a um movimento desenvolvido pelos agentes sociais e agentes naturais da bacia, conforme dito por Little (2006), exemplificando o quadro estudado, quando considera que forças intrínsecas proporcionam os modos para efetivar e dar concretude aos atos planejados. Agentes naturais impulsionaram os agentes sociais de tal forma que o formato do desfecho deste caso em estudo, atingiu um grau de ineditismo de ação, em relação aos demais comitês do Brasil. No caso em tela, o ambiente biofísico foi o elemento crucial como fator de interação social entre e os atores envolvidos.

Embora um comitê de bacia não tenha competência para legislar sobre a ocupação de solo, entretanto tem para a gestão de risco. Os comitês de bacia são responsáveis pelo planejamento participativo das condições da qualidade e quantidade das águas, e isso engloba o zoneamento de áreas de interesse hídrico.

REFERÊNCIAS

BECKER J. C. **Foto da Reunião do COMITESINOS**. São Leopoldo, 2016. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/noticia/mapeamento-das-areas-de-inundacao-volta-a-pauta-da-plenaria/27>. Acesso em: 05 jun.2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programas e Ações/ Ministério das Cidades**. 2017. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/busca?searchword=participa%C3%A7%C3%A3o%20social&searchphrase=all>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Defesa Civil**. 2018. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesacivil>. Acesso em: 05 jun. 2018.

COMITESINOS – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos **Plano de Bacia – META 3, Situação dos Recursos Hídricos**. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/planodebacia>. Acesso em: 25 fev. 2017.

COMITESINOS – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Atlas do Projeto VerdeSinos: um recorte ambiental da bacia hidrográfica do rio dos Sinos**. São Leopoldo, 2016.

Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/arquivos/projeto-verdesinos---atlas-do-projeto-verdesinos---um-recorte-ambiental-da-bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos---produzido-sob-coordenacao-do-comitesinos-2016-02-02-1506984016.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2017.

COMITESINOS - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Plano de Bacia**. São Leopoldo, 2018b. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/planodebacia>. Acesso em: 20 fev. 2018.

COMITESINOS - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Projeto VerdeSinos**. São Leopoldo, 2018c. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/projeto-verde-sinos>. Acesso em: 20 fev. 2018.

COMITESINOS - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. **Planície de Inundação**. São Leopoldo, 2018f. Disponível em: <http://www.comitesinos.com.br/planicie-inundacao>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 296 p.

DAMATTA, R. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981. 248 p.

FUKS, M. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, 1998.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MPRS – Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Notícias do MP**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/ambiente/33959/>. Acesso em: 04 mar. 2018.

MPRS – Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Municípios de abrangência da Bacia do Sinos**. Porto Alegre, 2018b. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/ambiente/arquivos/paibh/municipios_de_abrangencia_bacia_sinos.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.

PEIRANO, M. G. S. O poder da etnografia. **Anuário Antropológico**, v. 94, p. 273-280, 1995.

PROJETO GEONETWORK. **Vulnerabilidade a Inundações da Região Sul**. ANA – Agência Nacional de Água, Brasil, 2014. Disponível em: http://metadados.ana.gov.br/geonetwork/srv/pt/graphover.show?id=272&fname=plotagem_AO_Regiao_Sul.png&access=public. Acesso em: 05 jun. 2018.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. **Etnografia**: saberes e práticas. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, nº 21, 2008. 23p.

SILVA, H. **RS. A situação etnográfica**: andar e ver. Horizontes antropológicos, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

VELHO, G. **O antropólogo pesquisando em sua cidade**: sobre conhecimento e heresia. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, p. 13-23, 1980.